

A oralidade em sala de aula: um olhar reflexivo sobre as práticas de oralidade em manuais didáticos de língua portuguesa¹

Orality in the classroom: a reflective look at oral practices
in portuguese language manuals

 Jéssica Inácio Soares

 Flávia Elizabeth de Oliveira Gomes

Resumo: O presente artigo objetiva descrever e analisar a forma como a habilidade da oralidade é solicitada em exercícios de manuais didáticos dos ensinos fundamental e médio adotados em escolas da rede privada e pública da cidade de Campina Grande-PB. Nossa pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, ancora-se na perspectiva do interacionismo discursivo (BRONCKART, 1999), pois enxerga as práticas languageiras numa análise social e com foco nas interações possibilitadas por meio da linguagem oral. Fundamentamo-nos, além de Bronckart (*Ibid*), em Marcuschi (2008), Ferrarezi Jr. (2014), Dolz & Schneuwly (2004) e

Jéssica Inácio Soares. Graduanda do curso de Letras Português da Universidade Estadual da Paraíba-Campus I. E-mail: jessica.soares@aluno.uepb.edu.br

Flávia Elizabeth de Oliveira Gomes. Doutora em Estudos da Linguagem (UFRN). Docente do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba-Campus I. E-mail:flaviaelizabeth@servidor.uepb.edu.br

1. Este texto retoma, com algumas modificações, uma das atividades do nosso trabalho desenvolvido na disciplina Oralidade, no semestre 2021.1 – DLA/UEPB.

nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) acerca das práticas de oralidade. As discussões empreendidas neste artigo nos fazem refletir sobre a necessidade de uma abordagem que acione nos discentes a habilidade da oralidade de forma contextualizada, a fim de torná-los cidadãos capacitados para os diversos usos da linguagem.

Palavras-chave: Oralidade. Livros didáticos. Parâmetros Curriculares Nacionais.

Abstract: This article aims to describe and analyze how the ability of orality is requested in exercises of didactic manuals of elementary and high schools adopted in private and public schools in the city of Campina Grande-PB. Our qualitative and bibliographic research is anchored in the perspective of discursive interactionism (BRONCKART, 1999), as it sees language practices in a social analysis and focuses on interactions made possible through oral language. We are based, in addition to Bronckart (*Ibid*), on Marcuschi (2008), Ferrarezi Jr. (2014), Dolz & Schneuwly (2004) and on the National Curricular Parameters (1998) about orality practices. The discussions undertaken in this article make us reflect on the need for an approach that activates the ability of orality in the students in a contextualized way, in order to make them citizens capable of the different uses of language.

Keywords: Orality. Didactic books. National Curricular Parameters.

Introdução

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (doravante PCN) constituem um conjunto de diretrizes que servem como um referencial de base para o trabalho dos professores da educação básica, a fim de subsidiar as atividades didáticas que tenham por objetivo desencadear, apoiar e orientar o esforço e a reflexão crítica do aluno.

Nessa perspectiva, os PCN (1998) tomam o texto oral ou escrito como unidade básica de ensino de Língua Portuguesa, a partir da presença de uma diversidade textual que evite o ensino de textos descaracterizados ou artificiais, feitos apenas com o propósito de ilustrar pontos específicos da gramática normativa.

Considerando esse contexto, o presente artigo tem por objetivo descrever e analisar a forma como a habilidade da oralidade é solicitada em exercícios de manuais didáticos dos ensinos fundamental e médio adotados em escolas da rede privada e pública da cidade de Campina Grande-PB. Para isso, fundamentamos nossas análises em Bronckart (1999), Dolz & Schneuwly (2004), Marcuschi (2008), Ferrarezi Jr. (2014).

Fundamentação Teórica

Esta pesquisa ancora-se na perspectiva do interacionismo sociodiscursivo (BRONCKART, 1999), para quem “a tese central do interacionismo sociodiscursivo é que a ação constitui o resultado

da apropriação, pelo organismo humano, das propriedades da atividade social mediada pela linguagem” (*Ibidem*, p. 42). Nesse sentido, a linguagem assume em seu contexto social os atos interativos de comunicação.

Considerando que o homem é um ser social e comunicativo, a oralidade, mesmo após a introdução dos símbolos grafocêntricos nas civilizações antigas e contemporâneas, ocupa um lugar muito mais central do que a escrita no dia a dia da maioria das pessoas, porém as instituições escolares lhe dão atenção quase inversa à sua centralidade na relação com a escrita (MARCUSCHI, 2008, p. 25).

A irrelevância do ensino da oralidade nas salas de aulas de Língua Portuguesa não se configura como apenas uma contradição pedagógica, mas como uma postura, conforme explica Marcuschi (*Ibid*), a qual tem-se perpetuado no ensino brasileiro. Compreende-se que a habilidade da fala, por ser uma capacidade natural do homem, não precisa ser didatizada e por esse motivo não há necessidade de a escola inserir essas práticas no ensino de língua.

Dessa forma, o destaque para o ensino da escrita é refletido em sala de aula por meio das atividades solicitadas pelos livros didáticos de Língua Portuguesa, haja vista que não raro encontramos a predominância de exercícios relacionados à gramaticalização e à escrita textual.

Nessa direção, os PCN (1998) de Língua Portuguesa contemplam nos tópicos relativos à seleção e produção de textos a importância e o valor dos usos da linguagem conforme as demandas sociais de cada momento, orais e/ou escritas. Assim, parte-se do princípio de que o texto é a unidade básica do ensino, pertencen-

do a este ou àquele gênero. Logo, o gênero, enquanto constitutivo do texto, torna-se igualmente objeto de ensino. Daí advém a necessidade de se contemplar nas atividades didáticas uma diversidade de gêneros, sejam da modalidade oral ou escrita, dado que estes são organizados de diferentes maneiras.

O documento enfatiza a necessidade de uma aprendizagem significativa e a qual seja basilar para a participação social do discente, ou seja, os PCN incluem a necessidade de um ensino continuado, auxiliando a uma formação completa para a vida, pois:

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (BRASIL, 1998, p. 23).

Em se tratando de oralidade como instrumento necessário à participação social e de comunicação, cabe às escolas reconhecerem essa prática em sua relevância, porque os saberes linguísticos vão além do domínio da gramática e estão associados à apropriação de habilidades e competências basilares à vida.

Logo, as práticas de oralidade e o trabalho com os gêneros orais se configuram como importantes aliados no desenvolvimento das capacidades da linguagem, haja vista que representam situações cotidianas. Dessa forma, a escolha do livro didático precisa dia-

logar com os objetivos propostos pelos PCN, a serem alcançados pelas escolas.

A capacidade da fala é descrita pelos PCN como uma competência a ser desenvolvida no trabalho com a língua, pois o educando precisa ter contato com práticas languageiras que acionem os diversos usos da linguagem em seu dia a dia, ou seja, o documento é incisivo ao afirmar que a oralidade, vista como uma das práticas de linguagens, precisa proporcionar o desenvolvimento das capacidades sociais do aluno corroborando a um ensino de qualidade e pautado na formação integral do cidadão, a fim de que este seja capaz de interagir em todo contexto social no qual esteja inserido.

O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e *garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem* (BRASIL, 1998, p. 24, grifo nosso).

O desenvolvimento de uma atuação crítica e participativa, conforme explica o documento, é uma responsabilidade escolar que deve ser priorizada. Ademais, os PCN acrescentam que esse posicionamento crítico, responsável e construtivo nas diversas situações sociais nas quais o aluno estará inserido, será possibilitado por

meio do diálogo, ou seja, através do bom uso da sua capacidade de falar o discente poderá mediar conflitos de âmbitos coletivos, exercendo, assim, a sua democracia. Nesse viés, os PCN propõem um ato de fala planejado e competente, em detrimento da visão desta que muitos autores possuem, e reforçam a proposta da BNCC - Base Nacional Comum Curricular (2018) ao afirmarem, no eixo do trabalho com a oralidade, a pertinência de uma abordagem com os gêneros orais de forma sistematizada e contextualizada.

Dessa forma, há uma notoriedade para o ensino da oralidade na sala de aula, de acordo com a proposta dos PCN, pois, na teoria, esse documento assegura a relevância da prática como instrumento significativo de desenvolvimento participativo cidadão e por esse motivo faz-se necessário sua inclusão no sistema educacional.

Assim, os PCN são enérgicos ao afirmarem sobre a importância da inclusão do ensino de oralidade nas escolas e salientam a forma contextualizada pela qual as instituições deverão abordar o desenvolvimento dessa competência, pois

cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas: realização de entrevistas, debates, seminários, apresentações teatrais etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal da fala, tomado como mais apropriado para todas as situações. A aprendizagem de procedimentos apropriados de fala e de escuta, em contextos públicos, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la (BRASIL, 1998, p. 28).

Dessa maneira, os PCN representam um avanço na educação brasileira, visto que corroboram práticas de ensino capazes de fomentar o crescimento integral do aluno e o prepará-lo para as vivências sociais, constituindo uma revolução em termos curriculares, conforme defende Ferrarezi Jr. (2014). Para o autor, o trabalho com os PCN é extremamente detalhado, explicado e competente, no entanto, os argumentos e a sua eficiência educacional não configuram uma revolução prática, haja vista que ficam apenas nos papéis.

Metodologia

A descrição e a análise desenvolvidas nesta pesquisa possuem natureza qualitativa de caráter bibliográfico, uma vez que constituímos como *corpus* dois livros didáticos de Língua Portuguesa com o objetivo de encontrarmos exercícios que solicitassem práticas de oralidade/gêneros orais. O primeiro livro, analisado para a construção dos resultados, foi produzido pela editora Atual, no ano de 2014, e adotado por uma rede privada de ensino, destinando-se aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II. O segundo material, da Editora FTD Educação, produzido no ano de 2015, foi utilizado na rede privada de ensino para alunos do 2º ano do Ensino Médio.

Vale salientar que as referidas obras foram cedidas por ex-alunos de instituições escolares da cidade de Campina Grande-PB e analisadas sob um olhar qualitativo, pois à medida que buscamos refletir sobre a qualidade dos exercícios orais em uso nos

materiais didáticos, investigamos a presença dessas atividades e o impacto delas no que se refere ao ensino da oralidade em aulas de Língua Portuguesa.

Análise dos dados

Nesta seção, exemplificamos, primeiramente, através da tabela 1 abaixo, o *corpus* extraído do livro didático da Editora Atual (2014), da disciplina de Língua Portuguesa, adotado pela rede privada de ensino e destinado a estudantes do 9º ano do Fundamental II.

Tabela 1: Gêneros trabalhados no livro “Português Linguagens”, de William Cereja e Thereza Cochar (2014).

Gênero trabalhado	Atividade sugerida	Capacidade acionada
1. Reportagem	Produzir a escrita de uma reportagem	Escrita
2. Editorial	Redigir um editorial	Escrita
3. Conto	Escrever um conto	Escrita
4. Crônica	Leitura expressiva do texto	Oralidade
5. Debate regrado	Realizar um debate em sala	Oralidade
6. Artigo de opinião	Produzir um artigo de opinião	Escrita
7. Cartum	Interpretação textual	Escrita e compreensão
8. Redação	Texto dissertativo-argumentativo	Escrita

Fonte: produzida pelas autoras

A disposição dos gêneros textuais na tabela acima reflete a forma como os livros didáticos de língua materna ainda priorizam o trabalho com ênfase no desenvolvimento da escrita, pois, dos oitos gêneros encontrados nesse material escolar analisado, apenas dois permitem acionar a oralidade, a saber: crônica e debate regrado.

Na atividade com o gênero crônica, o exercício selecionado pelos autores do livro permitia que os estudantes realizassem uma leitura expressiva do texto, isto é, a leitura deveria ser realizada em voz alta e em dupla, trabalhando, dessa forma, a oralização. No entanto, vale salientar que o foco da atividade é a leitura e não especificamente a oralidade, tendo em vista que, ao falarmos dos gêneros orais, precisamos selecionar e avaliar habilidades necessárias para concretização dessa competência (postura, gestos, entonação) e não somente a leitura oralizada.

No segundo gênero sugerido pelo livro, debate regrado, observamos um trabalho oral voltado para o desenvolvimento dessa habilidade em todos os seus aspectos, pois, na atividade solicitada, os autores propõem que os estudantes escolham um tema e formem um debate em sala de aula.

Destacamos que o livro determina elementos paralinguísticos a serem adotados durante a atividade, como o correto manuseio das mãos (gestos), o tom da fala, a postura corporal, a disposição do olhar para os ouvintes, além da seleção dos argumentos. Dessa forma, podemos inferir que a atividade trabalha a capacidade da fala de forma sistematizada por meio de uma organização, fazendo os alunos refletirem sobre a responsabilidade daquele gênero oral e, por fim, distingui-lo de outras situações de fala.

As duas atividades de oralidade propostas por esse suporte pedagógico, em especial a última que aciona um gênero da modalidade oral, possibilita ao educando um contato real com as práticas de linguagens, preparando-os para os contextos sociais de uso da oralidade, pois “é através dos gêneros que as práticas de linguagem se encarnam nas atividades dos aprendizes” (DOLZ & SCHNEUWLY, 2004, p. 6).

Apesar de encontrarmos atividades orais no livro didático acima analisado, observamos a sobreposição da escrita em detrimento da oralidade, o que nos faz concordar com o que nos assinala Ferrarezi Jr. (2014):

a prática do silêncio tem-se perpetuado nas formas mais diversas e é relativamente fácil identificar suas manifestações permeando aquilo que nós chamamos de educação hoje no Brasil (p.37).

O destaque oferecido à escrita nas salas de aula como uma postura intrínseca dos livros também é identificado na etapa final da educação básica: ensino médio. Ao analisarmos um livro destinado ao Ensino Médio, produzido pela Editora FTD - Educação, no ano de 2015 e destinado ao 2º ano de uma escola pública, percebe-se igualmente uma postura a qual ainda corrobora com a ideia da supervalorização da escrita.

No entanto, conforme representado no *corpus* a seguir (tabela 2), observamos uma presença mais significativa de exercícios capazes de acionar a oralidade em sala de aula, isto é, dos quatorze gêneros presentes no material didático, seis são destinados ao

trabalho com a oralidade, a fim de desenvolverem tal habilidade nos educandos:

Tabela 2: Gêneros orais trabalhados no livro “Gêneros em rede: Leitura e Produção textual”, de Maria Inês Campos e Regina Braz Rocha (2015)

Gênero trabalhado	Atividade sugerida	Capacidade acionada
1. Poesia de tradição oral	Produzir um poema	Escrita
2. Teatro	Produzir um texto teatral	Escrita
3. Lendas urbanas	Pesquisar e ler para a turma uma lenda	Oralidade
4. Fábula	Gramaticalização em foco nas fábulas	Escrita/gramática
5. Crônica	Escrever uma crônica	Escrita
6. Conto	Contar oralmente uma história	Oralidade
7. Seminário	Apresentar um seminário	Oralidade
8. Depoimento	Apresentar oralmente um depoimento de algum fato vivenciado	Oralidade
9. Resumo	Resumir de forma escrita um texto	Escrita
10. Entrevista	Entrevista: da conversa oral ao texto escrito	Oralidade e escrita
11. Carta	Escrever uma carta	Escrita
12. Debate	Promover um debate em sala	Oralidade
13. Manifestação pública	Produzir um manifesto escrito em grupo	Escrita
14. Resenha crítica	Produzir uma resenha	Escrita

Fonte: produzida pelas autoras

Entre os gêneros presentes nesse segundo material didático analisado, há a presença dos gêneros orais e a suscitação da oralidade no trabalho com outros gêneros textuais que não fazem parte, necessariamente, dos de caráter oral. Nas atividades sugeridas pelo livro, no trabalho com os gêneros supracitados, as autoras detalharam alguns aspectos inerentes à oralidade, informando ao aluno alguns comportamentos essenciais à realização do exercício oral, como a postura, os gestos e a entonação da voz.

Em detrimento das estratégias pertinentes utilizadas pelas autoras do livro e citadas anteriormente, o material ainda demonstra a valorização das práticas escritas, pois, no trabalho com o gênero teatro e poesia oral, a atividade sugerida pelo livro se debruça sobre a produção textual escrita desses gêneros. Em se tratando deles, observamos que o livro didático poderia ter explorado de forma enérgica a oralidade mediante esses gêneros, haja vista que o teatro é definido como gênero oral e, a poesia oral, como o nome sugere, enquadra-se na mesma categoria.

Diante do exposto, apesar do avanço encontrado nesse último *corpus* analisado em comparação ao anterior, percebe-se um aparecimento insuficiente de exercícios propostos para o trabalho com a oralidade e, quando este ocorre, encontra-se, muitas vezes, imerso em contextos instrumentalistas, os quais não possibilitam ao educando um ensaio com a realidade, ou seja, um contato com situações reais que envolvam o uso da fala em contextos públicos como, por exemplo, a participação em debates, a solicitação de serviços básicos, a desenvoltura oral em entrevistas de emprego etc.

Essa breve análise demonstra uma educação que ainda assume o papel da escrita como o padrão social de prestígio a ser desenvolvido, ausentando a oralidade das salas de aula. O reconhecimento da oralidade como fator de inserção social, apesar de assumido pelos PCN, ainda é pouco explorado por autores de manuais didáticos, pois, conforme destaca esse documento, é importante

reduzir o tratamento da modalidade oral da linguagem a uma abordagem instrumental é insuficiente para capacitar os alunos a dominarem a fala pública demandada por tais situações. Dessa forma, cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas: realização de entrevistas, debates, seminários, apresentações teatrais etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal da fala, tomado como mais apropriado para todas as situações [...] (BRASIL, 1998, p. 27).

Para Ferrarezi Jr. (2014), precisamos de uma revolução real e prática para o trabalho com a oralidade na sala de aula a fim de formar alunos com base nas competências do ouvir e do falar. Os livros didáticos precisam, enfim, reformular suas abordagens ao se tratar dessas habilidades e fomentar um trabalho significativo, amplo e construtivo.

Considerações finais

As discussões aqui realizadas evidenciaram que os manuais didáticos analisados ainda assumem a centralidade da língua escrita em seus exercícios em detrimento da oralidade. A falta do desenvolvimento dessa competência na educação básica vem a reforçar uma formação de cidadãos silenciosos mediante às situações sociais em que se encontram e os quais não podem ou não conseguem, dessa forma, exercerem a plena cidadania através de sua fala.

Nesse contexto, citamos Marcuschi (2008), para quem

o trabalho com a oralidade pode, ainda, ressaltar a contribuição da fala na formação cultural e na preservação de tradições não escritas que persistem mesmo em culturas em que a escrita já entrou de forma decisiva (p. 24).

Por conseguinte, a proposta para o ensino da oralidade não deve ficar apenas na teoria, faz-se necessário que a inclusão e o olhar que enxergam as práticas orais como competências sejam evidenciados mediante exercícios e seleção de gêneros presentes em suportes pedagógicos. Salientamos, por fim, que falar sobre oralidade é também falar sobre o homem e de suas realizações comunicativas na sociedade, pois não há nada mais nosso que a nossa voz e o poder que a fala comporta quando bem utilizada socialmente.

Referências

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)*. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. 3ª versão revista. Brasília, MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 25 de agosto de 2021.

BRONCKART, Jean Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.

CEREJA, William; COCHAR, Thereza. *Português Linguagens*. 4ª ed. São Paulo: Editora Atual, 2014.

CAMPOS, Maria Inês; ROCHA, Regina Braz. *Gêneros em rede: leitura e produção textual*. 2ª edição. São Paulo: FTD Editora – Educação, 2015.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. *Gêneros orais e escritos na escola*. [Tradução e organização: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro]. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2004.

FERRAREZI JR., Celso. *Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual: análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

Recebido em 01/06/2021.

Aceito em 27/06/2021.

Licenciado por

